

## DECISÃO ADMINISTRATIVA EM FACE DE MANIFESTAÇÃO DE EMPRESA INTERESSADA

**Empresa Manifestante:** KOCHE & DALLA COSTA LTDA

**Processo Licitatório:** PREGÃO PRESENCIAL: Nº 000001-26 – PG

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem, por meio de diárias/pernoites, em hotel situado no município de Palmas/TO, com a disponibilização de unidades habitacionais nas categorias Single, Duplo e Triplo, destinadas ao atendimento das demandas do Sesc/TO.

Trata-se de manifestação apresentada pela empresa KOCHE & DALLA COSTA LTDA (Hotel 10), inscrita no CNPJ/MF de n.º 03.737.166/0001-83, tendo em vista a sessão licitatória ocorrida para o objeto do processo licitatório em epígrafe no dia 24 de abril de 2026.

### I - DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

No que se refere à admissibilidade, verifica-se que a presente manifestação apresentada pela empresa interessada preenche os pressupostos mínimos de análise, tendo sido protocolada de forma tempestiva e contendo a exposição dos fatos e fundamentos que embasam o pleito.

Ainda que não se trate formalmente de recurso administrativo, a manifestação merece ser conhecida, em atenção as premissas constantes na Resolução Sesc/DN de n.º 1.593/2024 e das diretrizes mencionada no edital e seus anexos.

Dessa forma, conhece-se da manifestação, passando-se à análise de seu mérito.

### II – DO RELATÓRIO

A empresa manifestante, em síntese, sustenta a necessidade de cancelamento/anulação do certame, sob o argumento de que a licitação teria restado fracassada, tendo em vista a inabilitação/desclassificação das licitantes participantes por suposto descumprimento das exigências editalícias.

Aduz, ainda, que a continuidade do procedimento poderia afrontar os princípios da legalidade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, razão pela qual requer a adoção de providências administrativas para interrupção do certame.

Em continuidade ao procedimento, foi concedido prazo para que a empresa SELECT HOTEL se manifestasse, querendo, a respeito das alegações apresentadas pela empresa KOCHE & DALLA COSTA LTDA (HOTEL 10) em sede de contrarrazões, oportunizando-se, assim, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, em atenção as premissas que regem as licitações e contratações no âmbito desta Administração Regional.

Em sede de contrarrazões, a empresa SELECT HOTEL LTDA, mencionou em síntese, que: *“o não acolhimento do pedido de anulação, pois, a controvérsia se resume a vício formal plenamente sanável, tendo em vista que sua documentação era preexistente e encontrava-se disponível na sessão, pronta para verificação imediata, circunstância que impunha à*

*Administração o dever de realizar diligência antes de qualquer decisão de inabilitação, nos exatos termos do item 14.5 do edital e da orientação consolidada do Tribunal de Contas da União.”*

*Aduziu, ainda, que “não há licitação fracassada, uma vez que a decisão sobre sua inabilitação ainda não havia transitado em julgado administrativo, e que a própria recorrente também não atendia às exigências editalícias, apresentando apenas protocolos de renovação de alvarás e deixando de apresentar a CND obrigatória. Por fim, alertou que a eventual anulação do certame violaria o sigilo das propostas, comprometeria a competitividade e afastaria a proposta mais vantajosa, em manifesta afronta aos princípios da economicidade e do interesse público”.*

Pois bem. Vieram os autos conclusos a esta Diretoria Jurídica para análise e deliberação.

É o relatório.

### III - DA FUNDAMENTAÇÃO E RESPOSTA DESTA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

De início insta salientar que o Sesc é uma entidade de âmbito nacional que atua no fomento do desenvolvimento do País, nas áreas de lazer, educação, cultura e esporte, sempre pautada pela lisura e moralidade administrativa em suas ações, e de acordo com as premissas afetas à natureza jurídica privada dos serviços sociais autônomos, em especial seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, da isonomia, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, da celeridade e da objetividade da aplicação dos recursos, práticas de controle e de colaboração, bem como o alcance de suas finalidades institucionais.

Antes de adentrar no cerne da questão em exame, forçoso salientar que o Sesc/TO se caracteriza como Serviço Social Autônomo integrante do denominado Sistema “S”, instituído por lei, possuindo personalidade de direito privado e não têm fins lucrativos. É um ente paraestatal, no sentido de que atua ao lado do Estado, mediante o desempenho de atividades não lucrativas, não integrando a Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), nem tampouco a Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas).

Neste entendimento, as Decisões 907/97, de 11/12/1997 e 461/98, de 22/7/1998 do Plenário do Tribunal de Contas da União, consolidaram a interpretação de que os Serviços Sociais Autônomos do qual o Sesc/TO é parte integrante, **não estavam sujeitos aos procedimentos da Lei nº 8.666/93 (e por analogia da referida decisão inframencionada, o Sistema “S” não está também sujeito a atual lei de licitações e contratos, qual seja, Lei de nº 14.133/2021) e sim aos seus regulamentos próprios devidamente aprovados e publicados, senão vejamos:**

“1.1 – improcedente, tanto no que se refere à questão da “adoção” pelo SENAC/RS, da praça pública Daltro Filho, em Porto Alegre – RS, quanto no que tange aos processos licitatórios, visto que, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei 8.666/93, os serviços sociais autônomos não estão sujeitos à observância dos estritos procedimentos na referida lei, e sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados;” (TCU, Decisão 907/1997 – Plenário, Min. Rel. Lincoln Magalhães da Rocha).

Conforme preceitua o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social do Comércio – SESC em seu art. 2º, a licitação destina-se a seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, da isonomia, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, bem como o alcance de suas finalidades institucionais.

Pois bem.

Inicialmente, importa esclarecer que o pedido formulado pela empresa recorrente deve ser analisado à luz de institutos jurídicos distintos, os quais não se confundem, tampouco produzem os mesmos efeitos no âmbito do procedimento licitatório, quais sejam: a anulação do certame e o reconhecimento de licitação fracassada.

A anulação do procedimento licitatório constitui medida de natureza excepcional, admitida exclusivamente quando evidenciado vício de legalidade nos atos praticados, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual:

**“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício que os torne ilegais, porque deles não se originam direitos.”**

No caso concreto, não restou caracterizada qualquer ilegalidade, nulidade formal ou material, tampouco violação aos princípios que regem as contratações conduzidas por este Serviço Social Autônomo.

O procedimento foi instaurado, conduzido e finalizado em estrita observância ao edital, às normas internas vigentes e ao Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, assegurando se, inclusive, o contraditório e a ampla defesa, com a abertura de prazo para manifestações e contrarrazões.

Assim, inexistindo vício insanável, não se revela juridicamente possível — nem recomendável — a anulação do certame, sob pena de afronta aos princípios da segurança jurídica, da estabilidade dos atos administrativos e da autotutela administrativa em sua dimensão legítima.

Não obstante, assiste razão parcial à empresa recorrente no ponto em que sustenta que o certame não atingiu sua finalidade precípua, qual seja, a seleção de proposta válida e apta à contratação.

Com efeito, a análise objetiva dos autos evidencia que nenhuma das licitantes conseguiu atender integralmente às exigências do instrumento convocatório, resultando:

- na inabilitação de todas as participantes; ou
- na impossibilidade de julgamento válido das propostas.

Tal circunstância não revela ilegalidade, mas configura, de forma inequívoca, a hipótese clássica de licitação fracassada, instituto amplamente reconhecido na doutrina e na prática administrativa, caracterizado quando, embora o procedimento seja regular, não se obtém proposta válida ou licitante habilitado.

Aqui reside a distinção técnica essencial:

- ♦ Anulação do certame → decorre de ilegalidade; invalida os atos; tem natureza corretiva.
- ♦ Licitação fracassada → decorre da ausência de resultado útil; preserva a validade dos atos; tem natureza declaratória e prospectiva.

Desta forma, o reconhecimento da licitação como fracassada não contamina o procedimento, tampouco deslegitima a atuação administrativa. Ao contrário, demonstra a observância rigorosa do edital e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, evitando a flexibilização indevida de critérios de habilitação ou julgamento, o que comprometeria a isonomia, a impessoalidade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Uma vez reconhecida a licitação fracassada, a consequência jurídica adequada não é a anulação, mas sim a adoção de providências administrativas subsequentes, dentre elas a republicação do certame, eventualmente com ajustes que ampliem a competitividade, sem afastar as exigências essenciais previamente estabelecidas.

Portanto, tal solução revela-se compatível com as premissas da eficiência, economicidade e interesse institucional, além de preservar a legalidade dos atos já praticados e permitir que a Administração Regional alcance seu objetivo finalístico por meio de novo procedimento, competitivo e válido.

#### IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, DECIDO por CONHECER da manifestação apresentada pela empresa interessada, e, no mérito:

1. **CONHECER** da manifestação apresentada pela empresa KOCHE & DALLA COSTA LTDA, por atender aos requisitos de admissibilidade;
2. **NEGAR PROVIMENTO** ao pedido de anulação/cancelamento do certame, por inexistência de vício de legalidade que autorize a invalidação dos atos praticados;
3. **DAR PARCIAL PROVIMENTO** à manifestação, para RECONHECER que o Pregão Presencial nº 000001-26 restou FRACASSADO, em razão da inabilitação de todas as licitantes e da consequente frustração do resultado útil da licitação; e
4. **DETERMINAR** a adoção das providências administrativas necessárias à republicação do certame, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do SESC e os princípios que regem as contratações desta Administração Regional.

Publique-se.

Cumpra-se.

Palmas/TO, 06 de maio de 2026.

Assinado eletronicamente por:  
Valcy Barboza Ribeiro  
CPF: \*\*\*.956.871-\*\*  
Data: 06/05/2026 10:41:17 -03:00



**VALCY BARBOSA RIBEIRO**  
DIRETOR JURÍDICO - SESC/TO



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: TP9RC-D4D3B-ZQC6N-VYX4G

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Valcy Barboza Ribeiro (CPF \*\*\*.956.871-\*\*) em 06/05/2026 10:41 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
45.234.139.18	Lat: -10,166298      Long: -48,329341
	Precisão: 75 (metros)
Autenticação	valcy@ssecto.com.br
Email verificado	
nyD1WmM3Ho1dg/kFwxFlgBVluy4y21uzxBucOCsduN4=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assina.ssecto.com.br/validate/TP9RC-D4D3B-ZQC6N-VYX4G>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assina.ssecto.com.br/validate>